

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Faculdade de Ciências Humanas
Curso de Graduação em Filosofia**

Anny Sanches Corrêa Rezende

OS DIREITOS DOS ANIMAIS NA ÉTICA DE PETER SINGER

Campo Grande – MS
2024

Anny Sanches Corrêa Rezende

OS DIREITOS DOS ANIMAIS NA ÉTICA DE PETER SINGER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para graduação no Curso de Licenciatura em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Amir Abdala

Campo Grande – MS
2024

DEDICATÓRIA

Aos meus amados pais, que, com amor inabalável e encorajamento constante, tornaram possível este momento. Este trabalho é o reflexo do apoio inestimável que sempre recebi de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a todos que tornaram possível a realização deste trabalho acadêmico.

Aos meus amados pais, Zuleide Sanches Gonzaga e Paulo Roberto Corrêa, e ao meu irmão Roberto Sanches Corrêa Rezende, por serem minha fonte de amor incondicional, apoio inabalável e exemplo de determinação.

À minha querida avó paterna, Eva Borges de Oliveira, por sua sabedoria e por seu carinho, que sempre iluminaram meu caminho.

À minha querida madrinha, Maria Lucia Gonzaga, e à minha prima, que é mais que uma irmã para mim, Bruna Hideko Yamauchi; suas palavras gentis e gestos generosos foram luzes que iluminaram meu caminho, inspirando-me a superar desafios e a perseguir meus objetivos com determinação.

Aos meus queridos amigos Daniela Batista Rocha, Eduardo Cerqueira e Silva, Robson Felipe Peres Matiussi, Vinicius de Macedo Abrão, Íthalo Cassiano Santos Oliveira, Helena Rocha de Aquino e Adriely Rodrigues Zandona, por estarem ao meu lado nos momentos de desafio, sempre me incentivando e compartilhando alegrias.

Aos professores Ronaldo José Moraca e Amir Abdala, que não apenas me ensinaram, mas também me inspiraram com seu conhecimento e dedicação.

E por último, mas não menos importante, aos seguintes não humanos que trouxeram alegria aos meus dias: Paçoca, Guido, Cacau, Bento, Menina, Ana Catarina e João Cláudio.

Cada um de vocês tem um lugar especial no meu coração e contribuiu de maneira única para esta conquista. Muito obrigado por fazerem parte da minha jornada e por todo apoio e carinho ao longo do caminho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar questões relacionadas aos direitos dos animais pela perspectiva ética do filósofo Peter Singer, examinando como esse autor, com suas teses desenvolvidas nas obras *Libertação animal* e *Ética prática*, contribui para a ampliação do debate ético na superação de sua dimensão antropocêntrica. Inicialmente, procura-se indicar o sentido antropocêntrico da ética tradicional, recorrendo, para tanto, a indicações sobre as teorias éticas de Aristóteles e de Kant. Na sequência, pontua-se o redimensionamento das discussões éticas contemporâneas com menções a teses de Hans Jonas. Avança-se, então, para a demarcação de aspectos centrais da teoria ética de Peter Singer, identificando-se sua fundamentação utilitarista e o princípio de igual consideração de interesses, com o qual esse filósofo defende a legitimidade do respeito aos interesses de todos os seres sencientes. Por fim, direciona-se a exposição especificamente para as críticas filosóficas do autor ao especismo e algumas de suas expressões, especialmente as utilizações dos animais pela indústria alimentícia e como material de experimentos científicos, e para a indicação de sua proposta de libertação animal.

Palavra-chave: Antropocentrismo. Direito dos animais. Ética. Igualdade. Seres sencientes. Utilitarismo.

Sumário

Introdução	6
1 Das filosofias morais antropocêntricas aos problemas éticos contemporâneos	8
1.1 Aristóteles: ética e finalidade da humanidade na atividade racional.....	8
1.2 Immanuel Kant: humanidade e reino dos fins.....	11
1.3 Hans Jonas: a ética para além do antropocentrismo.....	14
2 Peter Singer: ética prática e os direitos dos seres sencientes	16
2.1 O conceito de ética prática.....	16
2.2 A igualdade como princípio ético.....	17
2.3 A consideração dos interesses dos animais.....	19
3 Contra o especismo: pela libertação animal	24
3.1 O especismo como fenômeno social.....	24
3.2 O especismo na alimentação e na pesquisa científica.....	25
3.3 Igual consideração de interesses: libertação animal.....	28
Considerações finais	20
Referências bibliográficas	32

Introdução

Observando o cenário presente dos debates éticos, deparamo-nos com novas perspectivas, que estendem suas preocupações dos seres humanos para a vida no planeta e para os seres sencientes em geral. Nesse contexto, situa-se o filósofo australiano Peter Singer, que, com suas obras *Libertação animal*, publicada em 1975, e *Ética prática*, publicada em 1979, argumenta em favor uma ética que busque, dentro do possível e praticável, o caminho mais justo e igualitário nas relações entre animais humanos e animais não humanos. Adotando o utilitarismo, Peter Singer estabelece como critério ético fundamental a igual consideração de interesses, postulado a partir do qual defende o respeito aos direitos dos animais.

Neste trabalho, temos o objetivo de demonstrar a fundamentação de sua defesa da inclusão dos direitos de todos os seres sencientes no âmbito das ações morais dos seres humanos, indicando, assim, sua contribuição para o enriquecimento das discussões éticas na contemporaneidade.

Para contextualizar adequadamente a proposta de Peter Singer, dedicamos o primeiro capítulo à delimitação do caráter antropocêntrico da filosofia moral tradicional e à identificação do movimento de sua superação na época contemporânea. Acerca da ética antropocêntrica, apresentamos aspectos das teorias de Aristóteles e de Immanuel Kant, autores representativos, respectivamente, da ética antiga e da ética moderna. Com a breve exposição da proposta ética de Hans Jonas, temos a intenção de situar a tendência contemporânea de ultrapassagem do caráter antropocêntrico da filosofia moral, em larga medida suscitada por transformações das civilizações nos últimos séculos.

Em seguida, discorremos sobre o percurso argumentativo com o qual Peter Singer procura sustentar o direito à consideração moral para todos os seres sencientes. Assim, no segundo capítulo, nos referenciamos em sua *Ética prática*, livro em que o autor esclarece sua concepção ética, para explicar como sua adesão ao utilitarismo e seu critério de igualdade referido à consideração de interesses conduzem à conclusão de que os animais possuem direitos que devem ser respeitados.

Por fim, no terceiro capítulo, nos baseamos não apenas em *Ética prática*, mas também em *Libertação animal* para compreender e apresentar suas críticas ao especismo, sobretudo em suas expressões sociais na utilização dos animais como alimentos e como materiais de experimentos científicos, e para indicar sua defesa da necessidade de enfrentamento dos preconceitos de espécie. Nas reflexões éticas de Peter Singer, o especismo é julgado como fenômeno social análogo ao racismo e ao sexismo. Sua permanência nas civilizações contemporâneas envolve preconceitos muito antigos e transmitidos através das gerações, bem

como poderosos interesses industriais e econômicos em geral. A mobilização de esforços por sua eliminação e pela libertação animal é, para esse filósofo, caminho imprescindível para uma civilização assentada em autênticos princípios morais.

1 Das filosofias morais antropocêntricas aos problemas éticos contemporâneos

1.1 Aristóteles: ética e finalidade da humanidade na atividade racional

No decurso da história das sociedades humanas, fomos influenciados pelas crenças advindas da religião, da filosofia e da ciência a crer que os seres humanos são superiores em relação a toda a natureza existente.

O antropocentrismo é o pensamento filosófico que situa o homem no centro de todas as coisas, como principal referencial do Universo. Por mais que seja um conceito responsável por muitas tragédias e contestado na atualidade, muitos ainda utilizam essa visão para tentar justificar ações que prejudiquem outras espécies de vida e os finitos recursos naturais existentes. Com isso, revela-se a insistente ganância humana em suas ações.

Inicialmente, utilizaremos essa visão antropocêntrica de mundo, não como um ponto final com relação à ética, mas sim como ponto de partida para a posterior constatação de uma nova investigação no interior da filosofia moral, exigida pelo tempo presente, em que as preocupações éticas se estendem para vida de outros seres e para o planeta.

Para dar início ao que será tratado neste capítulo, observamos que poderíamos citar diversos filósofos e momentos da história que corroborariam o antropocentrismo da filosofia moral tradicional, mas nos prenderemos a apenas a um filósofo antigo e a um filósofo moderno, representativos da visão moral antropocêntrica. Analisaremos, portanto, aspectos da filosofia no campo da ética pelas perspectivas de Aristóteles (388-322 a.C.) e de Immanuel Kant (1724-1804). Em seguida, demarcaremos a ampliação das preocupações éticas contemporâneas com breves apontamentos sobre a proposta de Hans Jonas (1903-1993).

Desde a Grécia antiga, os filósofos ocuparam-se em investigar eticamente as ações humanas sob a ótica que se limita às questões concernentes apenas à humanidade, ou seja, prevaleceu, no curso histórico da filosofia, a orientação ética antropocêntrica. Marco fundamental do antropocentrismo ético é a teoria de Aristóteles na Antiguidade.

Antes de explanar indicativamente sua teoria ética, é importante registrar características gerais da filosofia de Aristóteles. Ele escreveu diversas obras que tratavam dos diferentes campos do conhecimento, como, por exemplo, metafísica, física, ética e política¹. O sistema

¹ Aristóteles, ao analisar os diversos aspectos da realidade, identifica três tipos de ciências: as ciências teoréticas (metafísica e física), referentes aos princípios que firmam o mundo, independentemente das ações humanas; as ciências práticas (política e ética), referindo-se à investigações das ações humanas que têm nos próprios seres humanos suas motivações e finalidades; e as ciências produtivas, que consistem nos ofícios produtivos, fabricantes do seres humanos. (Chauí, 1994, p. 231-235).

filosófico aristotélico possui uma orientação teleológica segundo a qual tudo o que existe é regido por uma finalidade.

De acordo com a teleologia aristotélica, a finalidade de um ser está inscrita em seu início; portanto, os seres se destinam naturalmente a uma finalidade previamente inscrita neles. Nesse sentido, Aristóteles explica o desenvolvimento dos seres no devir pela tese da causalidade, na qual se identificam a causa formal, a causa material, a causa eficiente e a causa final (Chauí, 1994, p. 283-289). A matéria é compreendida como aquilo que individualiza um ser, e a forma é compreendida como a essência das coisas. A causa eficiente é a atividade pela qual se estabelece a forma na matéria, e a causa final é a sua finalidade, o fim a que se destina um ser. A causa final é causa responsável por orientar as demais, é a causa que tem maior valor.

Para Aristóteles, as essências dos seres existentes no mundo procedem naturalmente do *vir a ser*, mediante o princípio do ato e potência. O ato consiste na realidade atual de um ser, e a potência é o que capacita o ser a se transformar. Em conjunto, ato e potência tornam-se responsáveis por transformar os seres em devir, ou seja, direcionando-os para a sua forma final. Portanto, para esse filósofo, os seres do mundo são compostos de forma e matéria que se atualizam na realização de suas potências (Chauí, 1994, p. 285-289).

Nesses termos, desenvolve-se a ética aristotélica, apresentada especialmente em sua *Ética a Nicômaco* (2007). Segundo Aristóteles, como todas as coisas existentes na natureza, os seres humanos e suas ações têm um fim. E esse fim, de forma geral, é definido como o bem. O bem consiste na finalidade de todas as coisas, e pode ser atingido pelos seres humanos; com isso, entende-se que todos os seres humanos agem em função do bem.

Para Aristóteles, é somente na sociedade política que o ser humano é capaz de alcançar sua excelência e sua finalidade última, pois nela estão contidas todas as ciências que capacitam o ser humano a atualizar-se. Na sociedade política, consoma-se o bem supremo da natureza humana, e não o bem como meio para outro fim.

Segundo Aristóteles, o bem maior para os seres humanos é a felicidade, pois a felicidade é um bem em si mesmo. A felicidade é a finalidade de uma vida moral, de valores, e a ética é a responsável por analisar e refletir sobre a moral, isto é, refletir sobre a felicidade. Essa felicidade almejada por todos os seres humanos só pode ser alcançada por meio do princípio racional da alma (Aristóteles, 2007, p. 40-65).

A esse respeito, Aristóteles escreve em *Ética a Nicômaco*:

A felicidade, portanto, tendo sido considerada alguma coisa final e autossuficiente, é a finalidade visada por todas as ações. [...]. Estamos nós autorizados a supor que, enquanto o carpinteiro e o sapateiro têm funções que lhes são pertinentes, o ser humano como tal não tenha

alguma e não esteja, por natureza, destinado a desempenhar qualquer função? [...]. Qual, então, poderia ser essa função precisamente? O mero ato de viver parece ser compartilhado mesmo pelas plantas, e estamos buscando a função peculiar do ser humano. Diante disso, devemos pôr de lado a atividade vital da nutrição e crescimento. A seguir, na escala, vemos alguma forma de vida sensitiva, porém esta igualmente parece ser compartilhada por cavalos, bois e animais em geral. Resta, assim, o que pode ser denominado a vida ativa da parte racional do ser humano. (2007, p. 49-50).

Nota-se que, para Aristóteles, a finalidade da vida humana não se restringe a apenas viver, pois apenas viver não é algo específico dos seres humanos, visto que todos os seres compartilham da atividade vital, como as plantas e os animais em geral. Tampouco a finalidade está na faculdade sensitiva, isto é, nas sensações, visto que os animais também compartilham de sensações de dor e prazer.

Portanto, a finalidade da vida humana está na realização de sua dimensão intelectual, no princípio racional da alma que define propriamente a natureza humana e a finalidade natural dos seres humanos. A natureza dos seres humanos se diferencia das demais devido à capacidade racional. Isto posto, compreende-se que a vida racional, ou seja, a vida conduzida e orientada pela racionalidade realiza a virtude humana em sociedade.

Viver orientado pela razão significa viver com ponderação e prudência em suas ações. Para Aristóteles, a virtude se localiza no meio, isto é, no meio-termo dos extremos, a carência e o excesso, que exprimem os vícios (2007, p.67-85). Os vícios se localizam nos extremos. É na proporção entre as carências e excessos que se situam as escolhas moralmente adequadas dos seres humanos. Por essa razão, a filosofia moral de Aristóteles se estabelece pela noção de mediania, sendo intitulada como a ética do justo meio.

Em suas reflexões éticas, Aristóteles afirma que as ações virtuosas acontecem em ações voluntárias marcadas por escolhas (2007, p.87-116).² O ser humano, para ser considerado virtuoso, deve agir conforme sua finalidade, ou seja, agir conforme a sua natureza e conforme o princípio racional de sua alma. Agir moralmente implica realizar escolhas apropriadas pela via da capacidade racional.

Nem todas as ações voluntárias envolvem escolhas, visto que comportamentos produzidos pelo desejo, pela ira, ou seja, unicamente por afetos e paixões, são comportamentos irracionais: não são escolhas porque não contêm reflexão racional. As escolhas, para Aristóteles,

² Aristóteles divide as ações em voluntárias e involuntárias. Ações involuntárias são as compulsórias, isto é, aquelas nas quais os motivos que determinam a ação são externos a quem age – a coerção exterior estabelece a ação praticada (2007, p. 87-116).

são racionalmente estabelecidas. Ações voluntárias escolhidas são precedidas pelas deliberações, decisões racionalmente elaboradas sobre a forma de agir. E agindo virtuosamente em sociedade os seres humanos realizam sua finalidade natural, a felicidade como atividade racional da alma.

Segundo Aristóteles, não se deve confundir a felicidade com os prazeres do corpo, uma vez que uma vida baseada nos prazeres corporais seria uma vida que reduziria a humanidade à condição dos animais inferiores³.

Deve-se frisar, porém, que esse filósofo não condena os prazeres. Conforme sua concepção, os seres humanos, do mesmo modo que todos os animais, são seres desejantes, que se movem para o prazer e tendem a se distanciar de situações de sofrimento. Contudo, os seres humanos se diferem dos animais por possuírem racionalidade. Sendo assim, os seres humanos virtuosos utilizam da razão para refletir sobre seus desejos, direcionando-os para o âmbito da moralidade. A existência virtuosa somente se solidifica sob o direcionamento da razão, com a qual os seres humanos conhecem as paixões em circunstâncias e intensidades compatíveis com as circunstâncias. É no exercício racional e virtuoso que os seres humanos experimentam pertinentemente os sentimentos e realizam a finalidade de sua humanidade, o que acontece na sociedade política⁴.

1.2 Immanuel Kant: humanidade e reino dos fins

A segunda perspectiva ética da qual trataremos brevemente é a do filósofo alemão Immanuel Kant. Se Aristóteles é referência fundamental na filosofia moral da Antiguidade, Kant desenvolve uma teoria ética muito influente no debate filosófico moderno⁵.

³ Aristóteles acrescenta que a felicidade não está no prestígio social, pois ela não pode depender do que é externo ao ser humano. A felicidade está na atividade racional da alma na sociedade política. É importante ainda observar que somente seres humanos do sexo masculino e livres seriam capazes de alcançá-la plenamente. Reproduzindo preconceitos da cultura grega, Aristóteles defendia a existência de uma hierarquia natural entre os seres humanos, em que as mulheres e aqueles que supostamente nasciam com a disposição de servir seus senhores, isto é, escravos, não possuíam a plena disposição para a racionalidade (Aristóteles, 2007, p.39-65).

⁴ Na teoria ética aristotélica, a natureza permite que os seres humanos se aprimorem, oferecendo a razão como potência para o alcance do conhecimento e da vida virtuosa. O conhecimento não é uma condição suficiente para o agir moral, que exige também o hábito introduzido pela educação. A excelência moral dos seres humanos, para Aristóteles, efetiva-se na sociabilidade política, sem a qual sequer haveria propriamente humanidade (Aristóteles, 2007, p. 87-116).

⁵ Immanuel Kant é reconhecidamente um filósofo que exerce profunda ascendência sobre a filosofia moderna e contemporânea. Ele se destaca na teoria do conhecimento, na ética e na estética. O núcleo de sua filosofia intitula-se criticismo, expresso na *Crítica da razão pura*, na *Crítica da razão prática* e na *Crítica da faculdade de julgar*. *Crítica da razão prática* se refere ao problema de natureza ética. Além desse livro, *Fundamentação da metafísica dos costumes* (2008), texto no qual nos baseamos para os apontamentos sobre a ética kantiana neste trabalho, trata centralmente da filosofia moral.

A filosofia ética kantiana busca alcançar um princípio supremo de moralidade, um princípio que possa ser aplicado por todos os seres racionais. Ele procura conciliar a ideia de liberdade dos seres humanos, imprescindível para a teoria ética, com o determinismo inerente às leis da natureza.

Para compreender o ser humano, Kant, em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes* (2008), observa, inicialmente, que todos os seres são seres da natureza, logo, inclusive os seres humanos. Contudo, o filósofo acrescenta que os seres humanos possuem algo distinto dos demais seres: a faculdade racional. Pela via da razão, os seres humanos pertencem ao inteligível e são capazes de identificar e estabelecer leis morais com as quais podem afirmar sua liberdade na decisão sobre suas condutas no mundo.

Em sua condição de seres naturais, os seres humanos estão sujeitos às leis da natureza, isto é, às leis da causalidade, assim como são afetados por inclinações, desejos e sentimentos. Porém, como são simultaneamente seres racionais, eles, diferentemente dos animais, não estão integralmente submetidos às determinações naturais.

A razão projeta os seres humanos para além do campo sensível, e a condição racional possibilita à humanidade atingir a autonomia da vontade, com a qual ela pode se colocar acima das causalidades da natureza, afirmando sua liberdade prática. O conceito de liberdade oferecido por Kant em sua teoria ética é compreendido como a capacidade de superar o determinismo da lei da natureza e as inclinações sensíveis, movimento com o qual os seres humanos efetivam sua autonomia como liberdade racional (Kant, 2008, p.22-38).

Assim, a ideia de liberdade não pode ser retirada da experiência, pois ela é pertencente ao mundo inteligível. Portanto, ela é uma ideia da razão, uma suposição necessária para fundar a possibilidade da moralidade (Kant, 2008, p. 41-44).

Nessa perspectiva, Kant apresenta o conceito de boa vontade: a disposição racional de agir por dever. A boa vontade é o bem supremo, incondicional, em si mesmo, independentemente de fatores exteriores. Somente a boa vontade é absolutamente boa, pois as demais qualidades que podem ser atribuídas aos seres humanos – por exemplo, a coragem – são, de fato, boas somente se guiadas pela boa vontade (Kant, 2008, p. 22-38).

Portanto, a moral não pode ser baseada na experiência, pois o ato moral depende exclusivamente da disposição racional de agir por dever do agente, isto é, a razão que ordena agir segundo a lei moral, independentemente do que sugere a experiência. Sua origem é completamente *a priori*, sendo regulada apenas pela razão.

Segundo Kant, as leis morais são alcançadas pelos seres humanos a partir da compreensão de que se deve agir de tal maneira que a ação seja racionalmente universalizável,

quer dizer, algo que deva ser praticado por todos os seres racionais. Trata-se da identificação de uma máxima na objetividade universal da lei moral ou, em outras palavras, do imperativo categórico. O filósofo, então, expõe o princípio que define o imperativo categórico: “*Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal*” (2008, p. 62).

Os seres humanos, por sua racionalidade, são capazes de agir de acordo com as representações das leis da razão, mas, na medida que eles também são seres sensíveis, estão sujeitos a tendências e inclinações da sensibilidade. Pela disposição racional de agir por dever – a boa vontade –, a lei moral se impõe à vontade subjetiva imperfeita.

A boa vontade fundamenta a moralidade, e a moralidade está presente na intenção, não no caráter objetivo do ato ou em ponderações sobre suas consequências vinculadas a circunstâncias específicas do ato. Uma ação somente será moralmente correta se a intenção do agente partir da boa vontade, isto é, se for uma ação por dever, e não conforme o dever⁶.

E as ações determinadas pela boa vontade estabelecem um reino dos fins dos seres humanos enquanto seres racionais:

E o que é então que autoriza a intenção moralmente boa ou a virtude a fazer tão altas exigências? Nada menos do que a possibilidade que proporciona ao ser racional de *participar na legislação universal* e o torna por esse meio apto a ser membro de um possível reino dos fins, para o qual estava destinado por sua própria natureza como fim em si e, exatamente por isso, como legislador no reino dos fins, como livre a respeito de todas as leis da natureza, obedecendo somente àquelas que ele mesmo se dá e segundo as quais as suas máximas podem pertencer a uma legislação universal [...]. (Kant, 2008, p. 82-83).

Entre esses pensadores de épocas diferentes, Aristóteles e Kant, há pontos em comum. Suas perspectivas éticas têm orientação marcadamente antropocêntrica, não simplesmente porque a relevância da racionalidade está como princípio de justificação para as ações moralmente valiosas, mas sim porque a dimensão da moralidade concerne unicamente ao que, de algum modo, afeta os seres humanos. Em Aristóteles, a moralidade realiza-se na sociedade política. Em Kant, os seres humanos devem ser sempre fins, nunca meios. As preocupações éticas, portanto, não contemplam a totalidade da natureza e a vida de outros seres.

⁶ Kant diferencia *ação por dever* e *ação conforme o dever*. Ações conforme o dever realizam o que é prescrito pela lei moral, porém são motivadas por inclinações e sentimentos. Ações por dever, as únicas verdadeiramente morais, realizam-se exclusivamente em obediência ao imperativo categórico racionalmente identificado (Kant, 2008, p. 30-32).

1.3 Hans Jonas: a ética para além do antropocentrismo

A partir deste momento, realizaremos alguns apontamentos sobre a perspectiva ética do filósofo alemão Hans Jonas, expressas em seu livro *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica* (2006), uma ética ecológica preocupada com a manutenção das condições de existência da humanidade futura e com a preservação das diversas formas de vida no planeta. Suas reflexões éticas representam um marco na tentativa de ultrapassar o antropocentrismo das filosofias morais tradicionais e de apresentar respostas pertinentes aos desafios característicos das civilizações contemporâneas.

Em sua teoria, Hans Jonas examina centralmente um dos grandes dilemas éticos da contemporaneidade, que é a questão ambiental, argumentando que, com as transformações do mundo moderno e contemporâneo, a natureza e a vida em geral se tornaram objeto de cuidado para o ser humano.

Segundo Hans Jonas, a filosofia moral clássica era sujeita ao antropocentrismo existente da época antiga ao período moderno, que situava o ser humano como centro de todas as coisas. Suas preocupações eram voltadas apenas para a humanidade, não se considerando as questões ambientais e as diferentes formas de vida no planeta (2006, p. 31-45).

Para explicar a necessidade de redimensionamento da reflexão ética contemporânea, esse filósofo parte da diferenciação entre a técnica antiga e a técnica moderna. Na técnica antiga, as ações humanas no meio ambiente não afetavam os demais seres e nem os ciclos próprios da natureza, pois, a preocupação era apenas com a sobrevivência, sem pretensão de submeter o mundo natural a um absoluto controle tecnológico. A técnica moderna, diferentemente da antiga, desenvolve-se culturalmente como um projeto de triunfo humano sobre a natureza e implica a conversão da natureza em objeto da tecnologia. Os desdobramentos da ambição de progresso tecnológico são desequilíbrios na natureza, bem como riscos para a humanidade e para o ciclo próprio da natureza (2006, p. 43-47).

Compreende-se, então, que filósofos clássicos, como Aristóteles e Kant, não apresentavam em suas filosofias morais questões sobre os impactos que os seres humanos causam na natureza. Acreditava-se fortemente que a natureza cuida de si mesma, e que não era necessária uma filosofia que amparasse os direitos da natureza.

Hans Jonas alerta que esses filósofos morais clássicos não respondem a questões específicas do mundo contemporâneo, no qual prevalecem a técnica moderna e suas consequências. Suas filosofias morais não são perfeitamente adequadas para os dias atuais, justamente por não apresentarem preocupações acerca da continuidade da vida no planeta. A técnica moderna desenvolveu-se desenfreadamente sob o ideal de progresso, com intervenções

na natureza que resultam, na atualidade, em perigos para a vida humana e para todas as formas de vida no planeta.

Nesses termos, Hans Jonas defende a necessidade de uma nova ética, orientada pela preocupação com as futuras gerações humanas, a natureza, as diversas formas de vida e o planeta em seu todo. Sua proposta de ética da responsabilidade traz justamente isso, uma conscientização que ultrapasse a concepção moral antropocêntrica e abarque, além do compromisso com vidas humanas futuras, a importância de assegurar vidas o compromisso perante o planeta e toda vida que o habita.

Sua teoria, evidentemente, não propõe o abandono da tecnologia, mas sua utilização submetida à preservação da humanidade e das diversas formas de vida. Em sua proposta filosófica, Hans Jonas não se dedica especificamente ao exame dos direitos dos animais, porém amplia o arco temático da ética ao incluir a noção de dignidade da natureza e de todos os seus seres:

E se o novo modo do agir humano significasse que devemos mais do que somente os interesses do homem, pois nossa obrigação se estenderia para mais além, e que a limitação antropocêntrica de toda ética antiga não seria mais válida? Ao menos deixou de ser absurdo indagar se a condição da natureza extra-humana, a biosfera no todo e em suas partes, hoje subjugada ao nosso poder, exatamente por isso não se tornaram um bem a nós confiados, capaz de impor algo como uma exigência moral – não somente por nossa própria causa, mas também em sua própria e por seu próprio direito. Se assim for, isso requereria alterações substanciais no fundamento da ética. Isso significaria não só procurar o bem humano, mas também o bem das coisas extra-humanas. Isto é, ampliar o reconhecimento de fins em si para além da esfera do humano [...]. (2006, p. 42).

Portanto, para o filósofo Hans Jonas, a ética deve se estender suas preocupações para todas as formas de vidas, com o ser humano se responsabilizando pela garantia do direito à dignidade de todos os seres naturais. A responsabilidade de cuidar, proteger e assegurar a vida não apenas dos seres humanos do presente e do futuro, mas também da natureza e de suas formas diversas de vida. Suas considerações marcam a ampliação das reflexões, no interior das quais se desenvolveria a discussão sobre os direitos dos animais.

2 Peter Singer: ética prática e os direitos dos seres sencientes

2.1 O conceito de ética prática

O filósofo australiano Peter Singer, nas primeiras páginas de sua *Ética Prática* (2002, p. 9-23), apresenta sua concepção básica de ética, pontuando preliminarmente o que não pode ser considerado ética. Assim, com a intenção de delimitar seu ponto de partida, ele descarta as seguintes visões acerca da ética:

- A ética compreendida pelo senso comum como conjunto social de normas a serem seguidas, sendo, portanto, vista sobretudo como repertório de proibições referentes ao comportamento humano. Peter Singer observa que esses padrões socioculturais, além de não se sustentarem em argumentações racionais, envolvem questões comportamentais que, para esse filósofo, não dizem respeito à moralidade – por exemplo, questões de sexualidade.
- A ética como teoria cujos conceitos e proposições se dissociam da prática, quer dizer, concepções teóricas que são inaplicáveis nas condutas dos seres humanos em suas relações sociais no mundo. Peter Singer comenta que preceitos éticos impraticáveis se tornam incongruentes com a natureza de uma filosofia moral.
- A ética como conjunto de princípios embasados em concepções religiosas. Peter Singer rejeita pressupostos religiosos e compreende a ética como fundamentação filosófica e racional da moralidade.
- A ética em sentido relativista ou subjetivista. O relativismo ético declara que os valores morais são relativos aos contextos históricos, culturais e sociais em que são produzidos, e isso implica que tenhamos uma ética volátil, que não se aplica para todos os seres humanos de diferentes épocas e lugares. Quando abordamos uma ética subjetiva, situamos o indivíduo como centro da realização de juízos a partir de interesses próprios, rejeitando-se o sentido universal dos valores morais.

Nota-se que, para Peter Singer, a ética não é baseada em seguir regras tradicionais ou normas culturais sem questionamento, bem como não se sustenta em concepções religiosas, em teorias impraticáveis e em perspectivas subjetivistas ou relativistas.

Em meio a essas considerações, o filósofo anuncia sua concepção de ética baseada em critérios rigorosamente racionais e com orientação consequencialista. O consequencialismo parte da consideração de objetivos a serem alcançados pelas ações humanas, da avaliação das consequências das alternativas de ação que os seres humanos têm diante de si em circunstâncias específicas da vida.

Sua referência consequencialista é o utilitarismo clássico, teoria desenvolvida originariamente pelos filósofos britânicos Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). O utilitarismo considera que uma ação coerente é moralmente apropriada quando, comparada com as demais possibilidades de condutas, produz uma quantidade igual ou maior da felicidade para todos que são atingidos por ela ou, pelo menos, para a maioria. Portanto, as consequências das ações são relevantes para determinar a forma de agir. Por isso, o utilitarismo visa, dentro das finitas possibilidades de ações, eleger o agir que não prejudique ou, em caso de impossibilidade, que prejudique menos os que sofrerão as consequências do ato. Para um utilitarista, mentir, em determinadas situações, não será uma ação negativa se quem assim o fizer considere todas as possibilidades apresentadas e conclua que, na situação em questão, a mentira produz as melhores consequências⁷.

Com base no utilitarismo, Singer afirma que a ética deve ser fundamentada em um ponto de vista universal, ou seja, as ações não devem se orientar pela primazia de benefícios pessoais, mas sim pelo critério de que as ações devem beneficiar todos os seres vivos ou, quando isso não é possível, que seus impactos negativos sejam minimizados. Para esse filósofo, pensar eticamente é pensar de forma estendida aos interesses dos outros.

Nas palavras do próprio Peter Singer:

A ética se fundamenta num ponto de vista universal. [...]. A ética exige que extrapolemos o “eu” e o “você” e cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável, ao ponto de vista do espectador imparcial, ao observador ideal, ou a qualquer outro nome que lhe dermos. [...]. Ao admitir que os juízos éticos devem ser formados a partir de um ponto de vista universal, estou aceitando que os meus próprios interesses, simplesmente por serem meus interesses, não podem contar mais que os interesses de outra pessoa. (2002, p. 20).

2.2 A igualdade como princípio ético

Considerando o preceito de universalidade, Peter Singer dedica o segundo capítulo de sua *Ética prática*, intitulado *A igualdade e suas considerações* (2002, p. 25-64), ao exame teórico da igualdade como fundamento da moralidade.

⁷ Hilton Japiassu e Danilo Marcondes, em seu Dicionário Básico de Filosofia, definem assim o utilitarismo: “Doutrina ética defendida sobretudo por Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Na definição de Mill, ‘as ações são boas quando tendem a promover a felicidade, más quando tendem a promover o oposto da felicidade’. As ações, boas ou más, são consideradas assim do ponto de vista de suas consequências, sendo o objetivo de uma boa ação, de acordo com os princípios do utilitarismo, promover em maior grau o bem geral. As críticas ao utilitarismo apontam para a dificuldade de se estabelecer um critério de bem geral, para o fato de que essa doutrina aceita o sacrifício de uma minoria em nome do bem geral e para a não consideração das intenções e motivos nos quais a ação se baseia, levando em conta apenas seus efeitos e consequências. (1991, p. 240).

O filósofo inicia sua exposição referindo-se aos preconceitos, apresentando-os como julgamentos negativos e prévios que os membros de uma etnia, de um grupo ou de uma religião constroem em relação ao outro. Os preconceitos são aprendidos socialmente, no convívio com outras pessoas, desde o início da socialização, na família, na escola, na religião, enfim, em todos os círculos sociais nos quais os indivíduos estão inseridos.

Nessa perspectiva, Peter Singer registra a história de preconceitos raciais e sexuais concretizados em discriminações e tratamentos injustos ou desiguais de pessoas com base na sua suposta raça, sexo, cor ou origem étnica. Essa realidade se manifesta por meio de comportamentos preconceituosos, estereótipos negativos, insultos raciais, exclusão social, violência física, dentre outras formas. A discriminação preconceituosa é uma forma de ação injusta que viola os direitos humanos das pessoas e impede que elas sejam tratadas com igualdade e respeito.

Peter Singer, então, pondera que, na atualidade, posições preconceituosas como o racismo e o sexismo são publicamente inaceitáveis (2002, p. 25). Essa observação não significa que essas formas de preconceito tenham deixado de existir, mas sim que expressões preconceituosas dessa natureza não são mais admissíveis no debate público. E o princípio que exclui essas posturas discriminatórias é o da igualdade entre os seres humanos⁸.

Neste ponto, ele inspeciona em que consiste essa igualdade:

Quando dizemos que todos os seres humanos são iguais, a despeito de raça ou sexo, estamos afirmando exatamente o quê? [...]. Alguns são altos, outros são baixos; alguns são bons em matemática, outros são incapazes de aprendê-la; alguns conseguem correr cem metros em dez segundos, outros levam quinze ou vinte minutos para fazer o mesmo percurso; alguns jamais feririam, intencionalmente, um seu semelhante, ao passo que outros matariam um estranho por cem dólares se conseguissem fazê-lo impunemente [...]. O fato é que os seres humanos diferem entre si e que as diferenças remetem a tantas características, que a busca de uma base factual sobre a qual se pudesse erigir o princípio de igualdade parece inalcançável. (Singer, 2002, p. 26-27).

Nota-se, assim, que Peter Singer recusa a noção de que a igualdade que fundamenta a moralidade seja factual. Ele ressalta que as diferenças entre as pessoas são inúmeras, sendo impossível citar todas. Portanto, a igualdade reivindicada eticamente não está em uma efetiva

⁸ Peter Singer observa que, a fim de combater essas formas de preconceito e tentar eliminar ou, pelo menos, diminuir as desigualdades presentes na sociedade, alguns estudiosos afirmam que temos que tratar com igualdade os iguais e, ao mesmo tempo, com desigualdade os socialmente desiguais. Nesse sentido, desenvolvem-se propostas de ações afirmativas e compensatórias para favorecer os membros de segmentos sociais historicamente discriminados (2002, p. 26).

igualdade de características entre os seres humanos, mas sim na orientação universal dos juízos éticos.

O que isso significa? Ao realizarmos juízos sobre determinada situação, temos que fazê-lo ampliando a visão para os interesses dos outros, e não propriamente a partir dos nossos próprios interesses individuais ou grupais. Esse aspecto permite compreender o princípio crucial da igualdade: o princípio da igual consideração dos interesses.

O princípio da igual consideração dos interesses estabelece que os seres humanos, ao deliberarem acerca de suas ações, devem levar em conta os interesses de todos que serão atingidos por suas condutas. Segundo Peter Singer, é a igual consideração de interesses que exclui tentativas de justificação do racismo e do sexismo: supostas diferenciações não têm nenhuma relação com o fato de que todos os seres são capazes de possuir interesses, tais como: de evitar a dor e de buscar abrigo e alimento; de desenvolver suas próprias aptidões; e de ter suas relações humanas e poder ser livre para ter uma boa vida.

Nesses termos, o filósofo explica como uma sociedade escravista é uma realidade eticamente abominável (2002, p. 32-33). A escravidão impede os seres escravizados de alcançarem seus interesses da maneira que desejam, e os aparentes benefícios que os proprietários de escravos obtêm não podem ser considerados tão significativos quanto o prejuízo causado aos seres humanos reduzidos à escravidão, visto que a restrição absoluta da liberdade e a severa limitação das oportunidades humanas dos escravos constituem, evidentemente, sofrimentos e prejuízos humanos inaceitáveis e absurdos.

Por conseguinte, o princípio da igual consideração de interesse consegue excluir a existência de uma sociedade escravagista, bem como de supostas e esdrúxulas justificativas de racismo e sexismo. O princípio baseia-se em interesses que todos os seres possuem, e é por meio dos interesses que é possível conceber um princípio mínimo de igualdade, independentemente das diferenças factuais existentes.

2.3 A consideração dos interesses dos animais

Com base em seus preceitos utilitaristas e no princípio da igual consideração de interesses, Peter Singer estende, no terceiro capítulo de sua ética prática, denominado *Igualdade para os animais?* (2002, p. 65-92), suas reflexões para os direitos dos animais

O princípio fundamental da igualdade para todos os seres humanos, como abordado anteriormente, se fundamenta no princípio da igual consideração de interesses, isto é, as diferenças existentes entre os seres humanos são consideradas diferenças superficiais e

arbitrárias com relação aos seus interesses, uma vez que esses interesses são capazes de elevar a capacidade de consideração moral para um nível significativo.

Contudo, essa base sólida de igualdade, aceita por muitos filósofos quanto os seres humanos, se torna objeto de polêmica ao compreender a dimensão dos seres não humanos que também são possuidores de interesses. Peter Singer argumenta que, se é possível por meio da razão alcançar a compreensão ética da igualdade para os seres humanos, a partir da consideração moral dos interesses, é sólido afirmar também que essa consideração deva se expandir para outros seres, para todos os seres sencientes, capazes de sofrimento e de prazer, ou seja: os animais não humanos.

Ele observa essa proposta de inclusão da consideração de interesses de seres não humanos provoca a perplexidade de muitas pessoas. Alega-se, às vezes, que, em face dos inúmeros problemas que as sociedades humanas enfrentam (fome, violência, precariedade de condições de vida para segmentos expressivos da população mundial), se preocupar com os animais é uma espécie de perda de tempo. Constata-se, com isso, o preconceito popular com relação às considerações dos interesses dos animais, e Peter Singer afirma que esse preconceito não se diferencia, em sua natureza, dos preconceitos raciais e sexuais. Trata-se do especismo:

Essa atitude [o especismo] reflete um preconceito popular contra o fato de se levarem a sério os interesses dos animais – um preconceito tão infundado quanto aquele que leva os brancos proprietários de escravos a não considerarem os interesses de seus escravos africanos. Para nós, é fácil criticar o preconceito de nossos avós, dos quais os nossos pais se libertaram. É mais difícil nos distanciarmos de nossos próprios pontos de vista, de tal modo que possamos, imparcialmente, procurar preconceitos entre as crenças e os valores que defendemos. (2002, p. 66).

O trecho anterior evidencia o desafio de nos afastarmos dos nossos próprios preconceitos, opiniões e visões de mundo em direção ao exame de determinado problema que merece nossa atenção. Peter Singer observa que essa autocrítica oferece abertura para explorarmos diferentes perspectivas, sem assumirmos, equivocadamente, que já conhecemos todas as respostas ou descartando certos assuntos que previamente julgamos irrelevantes.

Desafiando preconceitos consolidados na tradição cultural e partindo de sua tese segundo a qual a igualdade que fundamenta a ética é a consideração igual de interesses, e não a igualdade factual entre os seres, Peter Singer defende enfaticamente a extensão das preocupações éticas para os interesses dos animais não humanos. Afinal, são seres sencientes, que podem sofrer consequências das ações humanas.

Prosseguindo em sua explanação, o filósofo nota que, apesar da crescente aceitação de muitos aspectos relacionados à libertação dos animais, várias objeções têm surgido, algumas delas sendo previsíveis e diretas, enquanto outras são mais elaboradas e surpreendentes. Dessa forma, ele examina aquelas que julga serem as principais tentativas de refutação das reivindicações dos direitos dos animais (2002, p. 78-92).

A primeira objeção inspecionada pode ser formulada na seguinte interrogação: “como poderemos saber que os animais sentem dor?” (2002, p. 79). Singer inicia sua resposta destacando que, por mais que não consigamos sentir a dor do outro, somos capazes de supor seu sofrimento por suas reações, que remetem aos nossos comportamentos diante da dor. O filósofo utiliza como exemplo sua pequena filha (2002, p. 79-80), relatando que, quando ela se machuca, demonstra sentir dor, comunicando-a por formas não verbais – por exemplo, pelo choro ou por expressões faciais que indicam desconforto. Essa inferência acerca da dor e do sofrimento pode, segundo ele, ser extraída igualmente de comportamentos de animais em geral. Em favor da conclusão de que animais não humanos são seres sencientes, o filósofo acrescenta que os seres vertebrados possuem sistemas nervosos muito semelhantes aos dos seres humanos⁹.

Na sequência, Peter Singer enfrenta esta objeção: “os animais comem uns aos outros; porque, então, não deveríamos comê-los?” (2002, p. 80). Singer começa a expor a improcedência dessa refutação ao frisar ser curioso que os seres humanos, que normalmente exaltam suas diferenças comportamentais em relação aos demais animais, procurem, precisamente nessa questão, justificar sua conduta com base nas condutas generalizadas dos animais. Além disso, pondera que os animais não humanos que matam uns aos outros assim procedem por pura necessidade de sobrevivência, não elegendo o que comer, mas sim apropriando-se do que está à disposição para sua preservação.

Como aspecto decisivo em sua crítica a essa pretensa objeção, Peter Singer declara:

O ponto fundamental, porém, é o de que os animais não são capazes de refletir sobre as alternativas que se apresentam a eles, nem de ponderar sobre a ética de sua alimentação. Portanto, é impossível considerar esses animais responsáveis pelo que fazem, ou concluir que, pelo fato de matarem, “merecem” ser tratados da mesma maneira. Por outro lado, os que estão lendo estas palavras devem refletir sobre a justificabilidade de seus hábitos alimentares. (2002, p. 81).

⁹ Peter Singer ressalta que nenhum dos motivos por ele evocados para detectar a condição senciente de animais se apresenta nas plantas, nas quais não há sistema nervoso organizado, tampouco manifestações comportamentais que possam sugerir sofrimento. É perspectivo que todas as sensações dos animais não se apliquem para plantas, visto que as plantas não possuem sistema nervoso centralmente semelhante ao nosso, logo, são incapazes de sentir dor. (2002, p. 80).

Nesses termos, os seres humanos, diferentemente dos demais animais, são capazes de refletir sobre suas ações e, conseqüentemente, são seres morais. Assim, diante das diversas opções existentes de alimentos que podem ser consumidos pelos seres humanos, optar por matar um animal é um ato egoísta eticamente injustificável¹⁰.

Em seguida, Peter Singer analisa a objeção que se ampara na diferenciação entre seres humanos e animais, razão pela qual os princípios morais deveriam se restringir às questões de interesse humano (2002, p. 82-88). O filósofo assinala que as concepções de diferenças existentes entre os animais humanos e não humanos no ocidente são marcadas pela crença de que os seres humanos foram criados de forma divina, feitos à imagem e semelhança de Deus. Acrescenta que, sob o aspecto científico, essa crença não se sustenta, concluindo-se, em sentido diferentes, que não somos tão diferentes biologicamente dos demais seres.

Na tradição filosófica, observa Singer, é comum que se trace uma linha divisória entre humanidade e animalidade na atribuição de racionalidade e consciência exclusivamente aos seres humanos. A esse respeito, ele faz basicamente dois comentários que, em seu entendimento, mostram a fragilidade das possíveis implicações éticas dessa concepção. O primeiro registra que há seres humanos que não são propriamente racionais, com severas limitações mentais, e que não são desconsiderados pelas preocupações morais. O segundo destaca que a autonomia consciente da humanidade não autoriza o desprezo aos interesses dos animais.

Por fim, Peter Singer inspeciona a concepção de que a noção de reciprocidade garante a prioridade ou exclusividade dos interesses humanos nas considerações éticas (2002, p. 88-93). De acordo com essa concepção¹¹, as preocupações éticas devem se restringir aos seres que são capazes de cometer justiça e injustiças, prevalecendo, então, o princípio de reciprocidade em uma comunidade moral baseada em uma espécie de contrato ou acordo entre os seres humanos. Sendo assim, as preocupações de natureza moral não incluiriam aspectos relativos aos animais.

¹⁰ Singer realiza alguns comentários adicionais. Ele registra que os animais matam para sobreviver, e jamais com finalidade lucrativa. Adverte também para o fato de que sequer a admissão da caça como prática natural justificaria eticamente sua validade, visto que interferimos – e, em muitos casos, devemos fazê-lo – em muitos processos naturais. (2002, p. 81-82).

¹¹ Peter Singer afirma que a origem dessa concepção está em *A república* de Platão, não como parte da teoria ética platônica, mas como posição defendida, em determinada passagem do diálogo, pelo personagem Glauco, que define a justiça como em acordo pelo qual os seres humanos se abstêm de fazer o mal para não sofrê-lo pela ação de outros. (2002, p. 88-89).

Peter Singer indica a fragilidade dessa suposta refutação pelo fato de que a exclusão de animais por não serem parte desse acordo implicaria, no mesmo sentido, a não inclusão de crianças e pessoas com graves deficiências na comunidade moral. Além disso, mesmo que se admita essa raiz contratual da moralidade, o uso adequado da razão conduz necessariamente os seres humanos para além de seus interesses: em direção à consideração dos interesses de todos os seres sencientes.

3 Contra o especismo: pela libertação animal

3.1 O especismo como fenômeno social

Nas páginas iniciais do primeiro capítulo de seu livro *Libertação Animal*, sugestivamente intitulado *Todos os animais são iguais...* (2010, p. 3-36), Peter Singer menciona o livro *Defesa dos direitos das mulheres*, de Mary Wollstonecraft, publicado no ano de 1792, em meio aos acontecimentos revolucionários franceses. A alusão a esse escrito é feita pelas reações que provocou à época, assim como, ressalta o filósofo, a defesa dos direitos dos animais ainda sofre, na atualidade, considerável resistência social. E uma dessas reações apareceu no texto *Uma defesa dos direitos dos brutos*, atribuído a Thomas Taylor, que, com a clara intenção de ridicularizar as pretensões feministas, perguntava, com deboche, por que não se poderia estender a argumentação em defesa dos direitos das mulheres a cães, gatos e cavalos. Se a intenção depreciativa da defesa dos direitos dos brutos evidentemente não se justifica, é certo que, para Singer, a resposta para a questão deveria ser positiva: todos os seres sencientes devem ter seus interesses respeitados.

Afinal, o que faz com que um ser seja digno de direitos? Singer declara que é o fato de um possuir interesses, delineando a igualdade pelo princípio da igual consideração de interesses, conceito que depois seria refinado em sua *Ética prática*. Assim, todos os seres sencientes, sejam eles brancos ou negros, do sexo masculino ou feminino e humanos ou não-humanos devem ter seus interesses considerados e seus direitos eticamente respeitados.

Nesses termos, Peter Singer situa o especismo como fenômeno social da mesma natureza do racismo e do sexismo. Ele define o especismo como discriminação preconceituosa entre as espécies, preconceito segundo o que o ser humano estaria em um nível de superioridade com relação às outras espécies e, por isso, haveria justificativas para que as nossas ações tivessem valor moral apenas quando referidas a membros da mesma espécie. (2010, p. 11). O especismo se exprime concretamente nas diversas formas de subordinação dos animais aos interesses e caprichos dos seres humanos.

Peter Singer lembra que preconceitos raciais e sexistas não são mais aceitos publicamente, embora lamentavelmente continuem fazendo parte da realidade efetiva do mundo contemporâneo. O especismo, porém, prevalece culturalmente dominante. Nesse sentido, ele nota que muitos filósofos admitem que o princípio da igual consideração seja um princípio base de ponto de partida para a moralidade legítima, mas não adentram as questões que o princípio exige em seu todo, ficando apenas na superfície das questões relacionadas aos humanos e aceitando o uso dos animais como objetos pela humanidade (2010, p. 11).

Como exceção, ele cita justamente o filósofo inaugural do utilitarismo, Jeremy Bentham, que, em sua obra *Uma introdução aos princípios morais e da legislação*, esboça a importância de se levar em conta o sofrimento dos animais no trecho, reproduzido por Peter Singer, que se segue:

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos que jamais poderiam ter-lhe sido negados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é razão para que um ser humano seja irremediavelmente abandonado aos caprichos de um torturador. É possível que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são motivos igualmente insuficientes para abandonar um ser senciente ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha intransponível? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade da linguagem? Mas um cavalo ou um cão adulto são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que um bebê de um dia, de uma semana, ou até mesmo de um mês. Supondo, porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria tal fato? A questão não é “Eles são capazes de *raciocinar*”? nem “São capazes de *falar*”? mas, sim, “Eles são capazes de *sofrer*”? (2010, p.12).

A capacidade de sofrimento e de prazer define um ser senciente ou, em outras palavras, sua condição como ser que possui interesses que devem ser considerados pelas reflexões éticas. Nessa perspectiva, Singer oferece um exemplo simples ao diferenciar pedra e camundongo com a observação de que uma pedra não sente dor ao ser chutada por um menino na saída da escola enquanto o camundongo seguramente sofre com uma agressão do tipo. A diferença fundamental: o camundongo é um ser senciente, tem interesses, já a pedra não é um ser senciente, não tem interesses. (2010, p. 13).

Peter Singer acrescenta que não há boas razões científicas nem filosóficas para negar que os animais são seres capazes de sentir dor e as demais sensações. Portanto, com base no utilitarismo e no princípio da igualdade de consideração de interesses, não existe justificativa moral para considerar que a dor ou o prazer dos animais sejam menos importantes do que a dor e o prazer dos seres humanos.

3.2 O especismo na alimentação e na pesquisa científica

Entretanto, o especismo ainda permanece amplamente naturalizado nas sociedades contemporâneas, submetendo os animais ao domínio humano e, conseqüentemente, a diferentes formas de sofrimento provocadas pelas sociedades humanas, dentre as quais se destacam sua utilização como alimento e seu emprego em experimentações científicas. Em *Ética prática*, Peter Singer discorre especificamente sobre produção e consumo alimentício de animais e sobre

a realização de experiências científicas com eles em tópicos do capítulo *Igualdade para os animais?* (2002, p. 72-68). No livro *Libertação animal*, dedica especificamente os capítulos *Instrumentos de pesquisa* (2010, p. 37-138) e *Vista a um criador industrial* (2010, p. 139-232) ao exame dessas questões.

O contato mais frequente que os seres humanos possuem com outros animais é a partir da alimentação. Ao fazer dos animais meros alimentos, situamos esses seres em graus de inferioridade, seja pela crença de que os animais estão no mundo para nos servirem, seja pela relação histórica e cultural que estabelecemos com eles ao longo da história. Quando se coloca um animal em posição de alimento, estamos negando o seu direito de viver e infringindo seus interesses.

Nossas escolhas devem ser realizadas e fundamentadas com base em um autoquestionamento moral e uma reflexão a respeito da igual consideração moral, diante das quais devemos, segundo Peter Singer, examinar o seguinte problema: há justificativas para o uso dos animais como alimento?

O filósofo registra que, se pensarmos nos esquimós, pessoas que vivem a baixas temperaturas, e sua única fonte de energia for pelo abastecimento da carne animal, essa conduta será algo justificável, já que existe uma necessidade de sobrevivência que não pode ser suprida de outras formas. Não é o que ocorre nas sociedades industrializadas, nas quais não há necessidade de fato da ingestão de animais para a sobrevivência humana. Nas sociedades industrializadas, existem inúmeras possibilidades de alimentação de fácil acesso, ou seja, escolher pelo consumo de animais significa situar os interesses humanos acima dos interesses dos animais.

As ações humanas afetam os animais causando sofrimento extremo e desnecessário para esses seres, já que existe a possibilidade de alimentar-se de outras fontes, inclusive mais saudáveis e sustentáveis. Nas sociedades industrializadas, grande quantidade de grãos é dirigida como fonte de alimento para os animais que serão transformados em alimentos para os seres humanos, sendo que esses grãos poderiam ser consumidos diretamente pelos seres humanos. Esse modelo implica danos ambientais. Em termos nutritivos, as evidências científicas atuais mostram que a ingestão de carne é dispensável para os seres humano, e o seu consumo não passa de um luxo para os que possuem condições de comprar e satisfazer o paladar.

Dessa forma, o interesse humano em consumir carne procede do prazer de apreciá-la, e esse prazer, de acordo com o postulado ético da igual consideração de interesses, é absolutamente insignificante diante do sofrimento imposto aos animais. Ao consumir alimentos de origem animal, ingere-se também todo o sofrimento causado a esses animais, sobretudo

quando se observam as condições de vida extremamente precárias a que são submetidos sob o critério da lucratividade, que se orienta pela redução dos custos de produção de carne.

As práticas modernas de criação aplicam a ciência e a tecnologia com a visão de que os animais são meros recursos a serem explorados em benefício de aspirações mercadológicas. Para garantir que a carne seja acessível como mercadoria, a sociedade tolera métodos de produção que mantêm os animais confinados em condições inadequadas e espaços limitados ao longo de suas vidas, comprometendo o bem-estar desses seres sencientes¹².

Em *Libertação animal*, Peter Singer assinala que os violentos métodos industriais de criação de animais para sua transformação são encobertos na sua apresentação como mercadorias:

Em geral, ignoramos os maus-tratos cometidos contra as criaturas vivas que estão por trás dos alimentos que ingerimos. A compra desses alimentos, num mercado ou restaurante, é a culminância de um longo processo, do qual tudo, exceto os produtos finais, é delicadamente afastado de nossos olhos. Compramos carne e aves em embalagens limpas de plástico. Quase não sangram. [...]. Não há por que associar essa embalagem a um animal vivo, que respira, caminha e sofre. (2010, p. 141).

O sofrimento produzido aos animais não se restringe à sua conversão a produtos alimentícios, verificando-se igualmente nas experiências científicas nas quais esses seres são utilizados. A alegação para o uso de animais como matéria de experimentos baseia-se na noção de que tal prática resulta em um bem maior nas descobertas científicas que beneficiam a humanidade.

A esse respeito, Peter Singer comenta que, novamente, o interesse econômico prevalece sobre questões éticas, pois há várias formas de realizar testes científicos sem o uso de animais, algo que, porém, exigiria recursos financeiros mais elevados. Por esse motivo, persiste a metódica imposição de sofrimentos aos animais em sua condição de cobaias nas pesquisas científicas. Além disso, o filósofo observa que essas experiências nem sempre se traduzem em avanços científicos que beneficiem a saúde humana, aspecto que é facilmente notado nas investigações orientadas para a diversificação da produção mercadológica de cosméticos.

¹² Peter Singer não ignora a existência de fazendas nas quais os animais vivem soltos, ou seja, em que os métodos de criação não estão integralmente determinados pela lógica empresarial que estabelece sofrimentos extremos aos animais. Contudo, ainda assim não é admissível o consumo de carne para a alimentação sob o princípio da igual consideração de interesses, uma vez que se desprezam os interesses dos animais em favor de um prazer desnecessário aos seres humanos. (Singer, 2002, p. 74-75).

Um dos argumentos indicados para a defesa do uso de animais em experimentos está na afirmação de que, como seres que não possuem consciência e autonomia, não sofrem da mesma forma que os seres humanos. Peter Singer, questionando essa argumentação, sentencia que, baseados nela, teríamos de aceitar a utilização de bebês humanos e de pessoas com graves problemas mentais em testes experimentais, algo que certamente julgamos absurdo (2002, p. 72-75). Observa ainda que a presumida inexistência de consciência não se caracteriza exatamente como diminuição de seu sofrimento nessas circunstâncias, uma vez que a ausência de compreensão pode intensificar sua dor.

3.3 Igual consideração de interesses: libertação animal

Essas considerações de Peter Singer sobre o uso de animais como alimentos e em experimentos científicos são realizadas para identificar formas sistemáticas de especismo. O autor enfatiza que elas não são as únicas expressões concretas do especismo (2010, p. 34-35). O emprego de animais em eventos para entretenimento humano – por exemplo, confinados em zoológicos, expostos em atrações circenses e submetidos a apresentações em rodeios – e sua sujeição à comercialização são outras formas de vigência social do especismo.

O combate ao especismo é, para Peter Singer, exigência ética fundamentada no princípio da igual consideração de interesses. Todos os seres capazes de sofrimento e de prazer são dignos da consideração moral de seus interesses. Esse antiespecismo, observa o filósofo, não é sinônimo de equiparação absoluta do valor da vida dos animais não humano com o valor da vida dos seres humanos (2010, p. 32-35).

Neste ponto, Peter Singer avalia diferentemente as seguintes situações: provocar dor e tirar a vida. Na consideração do possível sofrimento produzido em um ser por determinada ação não importa o nível de consciência do ser senciente em questão. Porém, se o problema diz respeito à hipótese de se tirar a vida, a consciência do ser senciente deve ser levada em conta: sob esse prisma, a vida de um ser autoconsciente, capaz de planejar o futuro e de estabelecer relações afetivas significativas com outros seres é mais valiosa que a de outro que não possua essas características.

Peter Singer faz questão de declarar que tal ponderação não incorre em especismo (2010, p. 33), explicando que a valoração diferenciada tem como base o nível de consciência, e não uma superioridade de espécie. Ele argumenta que se, por exemplo, tivéssemos de optar por tirar a vida de uma pessoa saudável ou de uma pessoa com graves problemas e comprometimentos mentais, provavelmente escolheríamos, baseados no cálculo de consequências, pela vida da

pessoa saudável.¹³ O que se conclui, então, é que a preferência pela preservação de uma vida humana diante da vida de um animal não é uma regra invariável e fundada na diferenciação entre espécies, mas sim um critério alicerçado no reconhecimento da consciência como campo de expectativas, projetos e afetos. Portanto, prossegue Singer, não podemos afirmar que a vida de seres humanos com graves comprometimento seja sempre preferível à vida de outros animais.

Peter Singer reiteradamente afirma o antiespecismo como postura ética racionalmente determinada pelo critério da igual consideração de interesses, o que justifica o movimento de libertação animal. A libertação animal deve se realizar com profundas transformações nas relações entre seres humanos e animais não humanos, mudança na qual os animais não seriam mais reduzidos a objetos de interesses humanos e teriam sua dignidade respeitada. Teríamos, assim, de promover mudanças radicais em nossas ações – por exemplo, em nossa dieta e nas práticas científicas experimentais.

Para esse filósofo, a argumentação desdobrada do legítimo princípio de igualdade da consideração de interesses é irrefutável, isto é, o especismo não resiste ao cuidadoso exame racional no âmbito da filosofia moral. Entretanto, ele reconhece que a tarefa da libertação animal ainda tem complexas dificuldades diante de si:

Acredito que o argumento em prol de libertação animal é logicamente válido e irrefutável. Mas a tarefa de derrotar o especismo, na prática, é imensa. [...]. A eliminação das práticas especistas ameaçaria o capital das gigantescas corporações de agronegócios e de trabalhadores veterinários ligados às associações profissionais de pesquisa. Sempre que necessário, essas corporações e organizações gastam milhões de dólares na defesa de seus interesses, bombardeando o público com anúncios que negam as acusações de crueldade. Além disso, o público tem, ou pensa ter, interesse na continuação na prática especista de criar e matar animais e isso faz com que as pessoas aceitem prontamente as tranquilizadoras afirmações de que, ao menos quanto a isso, há pouca crueldade. (2010, p. 356).

¹³ Reforçando que essa reflexão é válida para o problema de tirar a vida, e não para a relação com a dor, Peter Singer faz o seguinte relato: se tivéssemos que optar por tirar a dor de um ser humano normal ou de um sem plena autoconsciência, em que ambos estivessem com ferimentos dolorosos, e dispuséssemos apenas de uma única dosagem de analgésico, estaríamos diante de situação extremamente difícil para encontrar a melhor decisão. (2010, p. 33).

Considerações finais

Neste trabalho, as questões relacionadas à ética concentram-se em nossas relações com os animais não humanos. O que nos move é a percepção de que as condutas humanas com os animais são, muitas vezes, realizadas sem que haja uma reflexão profunda, que pondere se, de fato, existem justificativas moralmente legítimas para tais ações.

Peter Singer traz a teoria ética para uma perspectiva de avaliação das ações humanas com relação aos animais, a ponto de provocar uma autocrítica sobre igualdade e justiça de forma ampla, favorecendo conceituações que abarquem os animais não humanos como seres que devem ser compreendidos como portadores de direitos. Ele parte do princípio de igualdade dos seres humanos, e faz analogia do conceito de especismo com o racismo e com o sexismo, utilizando dessas atitudes como exemplo de que há necessidade de enfrentar preconceitos e almejar sempre melhorar as condições de vida de todos os seres sencientes, animais humanos e animais não humanos.

O domínio humano sobre os animais e sua utilização pelos interesses humanos é, por muitos séculos, explicado e supostamente justificado em bases culturais, que talvez não resistam ao exame rigorosamente racional. Esse é o caminho de Peter Singer. Uma ação moralmente apropriada não deve ser baseada na tradição, na religião ou na ciência, sem antes ser debatida filosoficamente, de forma a assegurar se as condutas humanas possuem justificativas sólidas, nas quais se avaliam as circunstâncias e todas as possibilidades existentes, estimando-se detalhadamente os prejuízos e os benefícios que podem causar, tanto para quem as pratica quanto para os demais seres que habitam o planeta.

O princípio de igualdade de interesses traz a compreensão de que as diferenças factuais não são problemas a serem solucionados, pois o que importa, no plano ético, é capacidade de sofrimento e de prazer dos seres. A partir desse entendimento, a busca por uma igualdade só se torna presente na compreensão de que todos seres senciente almejam e possuem os mesmos interesses, como de distanciar-se do sofrimento e de buscar uma vida satisfatória. Devido a isso, o fato de outras formas de vida sencientes serem, em outros aspectos, diferentes da vida humana, não é justificativa para tratar os animais como seres inferiores e desprovidos de direitos, visto que a capacidade de sentir dor e prazer é igualmente presente em todos os animais humanos e não humanos.

Com estas considerações finais, não estamos afirmando ou sequer sugerindo que a ética de Peter Singer ofereça soluções teóricas indiscutíveis e, assim, encerre o debate sobre a temática das relações entre seres humanos e animais não humanos. Estamos, isto sim, reconhecendo o valor filosófico de sua teoria e sua contribuição para uma discussão necessária.

Evidentemente, a discordância diante de sua tese é admissível, porém, em face do cuidado de sua argumentação, não é possível ignorar as proposições de sua ética prática e a pertinência das reflexões éticas sobre os direitos dos animais.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru, SP: Edipro, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC: Rio de Janeiro, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2008.

SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Libertação animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.